

HABEAS CORPUS Nº 546.480 - SP (2019/0346599-9)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CAMILA GALVAO TOURINHO - SP298866
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GISLAINE GOMES COELHO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **GISLAINE GOMES COELHO DA SILVA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se da inicial que a paciente requereu o **livramento condicional** ao d. Juízo das Execuções, que **deferiu** o benefício.

Irresignado, o d. Ministério Público estadual interpôs agravo em execução, ao qual o eg. Tribunal de origem **deu provimento**, nos termos do v. acórdão de fls. 119-122, assim ementado:

"Execução Penal. Livramento condicional. Reeducando que cumpre pena por crimes graves. Incerteza acerca da absorção da terapêutica prisional. Exame criminológico cuja realização é não obrigatória, mas recomendável. Entendimento.

A Lei nº 10.792/03 alterou o art. 112, § 2º, da LEP, afastando a necessidade da realização de exame criminológico para a concessão de livramento condicional. Desde então, passou-se a exigir apenas a juntada do atestado de bom comportamento carcerário, comprovado pelo Diretor do estabelecimento prisional, e a fluência do lapso temporal. Na hipótese de haver, todavia, dúvida razoável acerca do merecimento e do preparo do sentenciado para a referida benesse, pelo cometimento de faltas disciplinares ao longo do cumprimento de sentença por crimes graves, é sempre recomendável a realização do exame criminológico para auferir, com um mínimo de segurança, sua efetiva aptidão para o convívio social, ainda que já tenha cumprido os requisitos objetivos e

subjetivos previstos em lei." (grifei)

Embora tenham sido mencionadas "faltas graves" na ementa, o v. acórdão assim se pronunciou em seu bojo (fls. 199-122):

"O presente recurso merece prosperar. Impõe-se, com efeito, maior cautela na concessão do benefício de livramento condicional, mormente se considerado que a agravada, consoante se infere dos autos, cumpre pena por crimes graves tráfico de entorpecentes e porte ilegal de arma de fogo, com pena a cumprir até 07 de março de 2024, o que indica a necessidade de lhe ser dispensado tratamento mais cauteloso, ante a extrema gravidade dos crimes por ela praticados, a fim de que absorva a terapêutica penal.

Infere-se dos autos que a ora agravada, conquanto primária, tenha sua vida carcerária classificada como boa e não registre falta disciplinar (fls. 03, 02 e fls. 04, respectivamente), é autora de crimes graves, em comparsaria.

Atualmente cumpre pena de 09 anos, 08 meses e 01 dia de reclusão.

A i. Magistrada de Primeiro Grau adotou, no caso concreto, o entendimento predominante de que a Lei n. 10.792/2003 dispensa a realização do exame criminológico e, assim, concedeu o benefício do livramento condicional à acusada, por entender haver prova suficiente, nos autos de execução, para o deferimento da referida benesse, consoante se verifica de fls. 10 verso.

É, todavia, recomendável que a sentenciada se submeta a exame criminológico completo, com avaliação social, psiquiátrica e psicológica, levando-se em conta ter sido ela condenada por crimes graves, em comparsaria, que pode estar eventualmente associado a desordem psiquiátrica que contraindique uma reinserção social prematura daquele que tem considerável pena a cumprir.

No caso sub judice, por tratar-se de análise de sentenciada que deve cumprir privação de liberdade até março de 2024, relacionada à criminalidade violenta e organizada, evidencia-se a indicação do exame, devendo a reeducanda ser submetida à avaliação completa por peritos da unidade prisional, o que será seguido de laudo emitido com obediência às formalidades legais.

Ante o exposto, dá-se provimento ao agravo interposto pelo Ministério Público, para cassar a decisão que concedeu o livramento condicional a GISLAINE GOMES COELHO DA SILVA, determinando-se seu retorno ao regime semiaberto, devendo ser realizado exame criminológico completo, após o qual as partes deverão ter a oportunidade de manifestação, quando o pedido será então novamente analisado." (grifei)

No presente **habeas corpus**, a d. Defesa alega que a paciente sofre constrangimento ilegal, haja vista o cumprimento dos requisitos legais ao benefício executório pleiteado.

Sustenta que a atual inexigência de exame criminológico, embora possível, não é mais consequência necessária da aplicação da lei.

Afirma que o fundamento de longa pena a cumprir e gravidade abstrata dos crimes praticados não se mostra idôneo.

No mais, que **a paciente era primária, teve cinco saídas temporárias e está em livramento condicional desde 02/07/2019, sem faltas graves ou intercorrências.**

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, para que *"seja definitivamente cassada a r. decisão colegiada, e, via de consequência [...] determinar-se o restabelecimento da r. decisão de 1ª instância, mantendo o livramento condicional; ou, eventualmente, [...] que outra decisão seja proferida declinando-se fatos concretos e atuais da execução penal, [...]"* (fl. 20).

É o relatório.

Decido.

Na hipótese, ao menos **em sede de cognição in limine**, se verifica a presença dos requisitos necessários para a concessão da medida urgente.

Isso porque a fundamentação no v. acórdão, **prima facie**, não se mostrou pautada em elementos da própria execução penal em curso.

Contudo, digno de nota que a orientação adotada pelo eg. Tribunal encontra respaldo em julgados desta Corte, no sentido de que ainda existe a possibilidade de realização do exame criminológico na análise dos benefícios da execução penal, desde que exigido de forma fundamentada.

É o que se verifica do precedente:

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS

SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. EXAME CRIMINOLÓGICO. GRAVIDADE DOS DELITOS PRATICADOS. LONGA PENA A CUMPRIR. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. SÚMULA 439/STJ E SÚMULA VINCULANTE 26. CONSTRANGIMENTO ILEGAL PRESENTE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

II - Com as inovações trazidas pela Lei n. 10.792/03, alterando a redação do art. 112 da Lei n. 7.210/84, afastou-se a exigência de exame criminológico para fins de progressão de regime. Nada obstante, este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o Magistrado de 1º Grau, ou mesmo o Tribunal de origem, diante das circunstâncias do caso concreto, podem determinar a realização da referida prova técnica para a formação de seu convencimento acerca do merecimento do apenado, desde que por decisão fundamentada. Súmula n. 439/STJ e Súmula Vinculante n. 26.

[...]

Habeas corpus não conhecido, concedo, todavia, a ordem de ofício, [...]" (HC 485.469/SP, Quinta Turma, de minha relatoria, DJe 22/04/2019, grifei)

Por esses motivos, **defiro o pedido liminar, parcialmente**, para suspender os efeitos do v. acórdão, restabelecendo-se a r. decisão do d. Juízo da Execução, assim, determinando a este d. Juízo que, caso não exista outro impedimento legal, mantenha a apenada em livramento condicional, até julgamento final neste **writ**, sem a realização de exame criminológico por ora.

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora e ao d. Juízo das Execuções Penais.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator